



**O ASSOCIATIVISMO RURAL COMO MECANISMO DE INTEGRAÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MERCADO: UM ESTUDO SOBRE A
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRODUTORES DO POVOADO ATALHO EM
SÃO JOSÉ DO PIAUÍ - PI**

**RURAL ASSOCIATIVISMO AS MECHANISM OF INTEGRATION OF THE
FAMILY AGRICULTURE IN THE MARKET: A STUDY ABOUT THE
ASSOCIATION OF RESIDENTS AND PRODUCING OF THE POVOADO ATALHO
IN SÃO JOSÉ OF PIAUÍ - PI**

Jaqueline de Moura Barbosa

Instituto de Educação Superior Raimundo Sá (IESRS)

Maria Gabriela de Sousa Leal

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

RESUMO

Este trabalho contém uma análise sobre o associativismo rural como mecanismo de integração da agricultura familiar no mercado: um estudo sobre a Associação de Moradores e Produtores do Povoado Atalho (AMPA) em São José do Piauí – PI, abordando o associativismo rural em meio à questão agrária no Brasil. Tem como objetivo analisar as contribuições do associativismo rural para viabilização dos direitos dos agricultores. Apresentou como método de análise o crítico dialético e procedimento metodológico a coleta de dados primários e secundários. Obteve-se como resultado as mediações realizadas pela associação para que a população tenha seus direitos garantidos. Mas a desigualdade social ainda é um problema no meio rural e deve ser enfrentado com a eficácia das políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Associativismo rural. Agricultura familiar. Viabilização de direitos. Agricultores.

ABSTRACT

This work contains an analysis of the rural associativism as a mechanism for integrating family agriculture in the market: a study on the Association of Residents and Producers of the Village Shortcut (AMPA) in São José do Piauí - PI, addressing the rural associativism in the middle in Brazil. It aims to analyze the contributions of rural associations to enable the rights of farmers. He presented as method of analysis the dialectical critic and methodological procedure the collection of primary and secondary data. As a result, the mediations carried out by the association were obtained so that the population has their rights guaranteed. But social inequality is still a problem in rural areas and must be tackled with the effectiveness of public policies.

KEYWORDS: Associations rural. Family farming. Feasibility of rights. Farmers

1 INTRODUÇÃO

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas"

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



O presente estudo discute sobre o associativismo rural em meio a questão agrária no Brasil e a problemática das transformações capitalistas emergentes no país ao longo da história, sobretudo suas expressões nos espaços rurais. Veremos que a concentração de terras através de incentivos adotados pelo governo acarretou na desigualdade social que aparece como fruto do modelo de colonização vivenciado no país: a colonização de exploração.

No contexto dos processos impostos pelas transformações capitalistas será destacada a agricultura familiar e as associações nos processos decisórios da sociedade. Assim o presente trabalho tem como objeto de estudo o associativismo rural e suas contribuições para viabilização dos direitos para os agricultores.

A problemática norteadora deste estudo foi definida da seguinte forma: "Como o Associativismo rural contribui para a viabilização dos direitos para os agricultores da Associação de Moradores e Produtores do Povoado Atalho (AMPA), em São José do Piauí - PI?".

O estudo tem com o objetivo geral analisar as contribuições do associativismo rural para a viabilização dos direitos dos agricultores da Associação de Moradores e Produtores do Povoado Atalho (AMPA), em São José do Piauí - PI. E apresenta como objetivos específicos identificar a agricultura familiar e o reconhecimento da categoria social de trabalhadores rurais no âmbito das políticas públicas, caracterizar o associativismo rural e a realidade em que essas organizações estão inseridas, discutir os processos estabelecidos entre associativismo rural e as estratégias para garantia de direitos no campo, identificar a prática social desenvolvida pela AMPA e as estratégias de viabilização dos direitos para os agricultores.

A presente pesquisa foi realizada na Associação de Moradores e Produtores do Povoado Atalho (AMPA), no município de São José do Piauí-PI. E tem como público alvo os agricultores da referida associação.

A escolha do tema desta pesquisa surgiu em decorrência das experiências vividas em uma associação rural, e partiu da afinidade que a pesquisadora sempre teve com a temática e aos conhecimentos adquiridos no decorrer da formação acadêmica e profissional. O estudo em questão se torna relevante por contribuir para ampliação dos debates acerca do tema, por viabilizar conhecimento abrangente dos agricultores da AMPA. Justifica-se pela necessidade de analisar e refletir com aprofundamento teórico a atuação dessas organizações no fortalecimento do meio rural.

A pesquisa apresentou como método o crítico dialético. Como procedimento metodológico a coleta de dados secundários, com a pesquisa bibliográfica, e primários, com a



pesquisa de campo, realizada de forma qualitativa com 10 agricultores da AMPA em novembro de 2015.

A presente produção teórica encontra-se dividida em três capítulos: o primeiro destaca o surgimento da questão agrária no Brasil e os debates acerca da agricultura familiar; o segundo o associativismo rural como instrumento de integração da agricultura familiar no mercado. E o terceiro os aspectos metodológicos utilizados para a construção do trabalho e os resultados da pesquisa de campo obtidos na investigação de campo na associação de moradores e produtores do povoado atalho (AMPA), em São José do Piauí – PI.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E A AGRICULTURA FAMILIAR

Historicamente o capitalismo tem em seu desenvolvimento as contradições acentuadas através das desigualdades sociais, intimamente relacionadas à questão agrária, fruto das contradições presentes ao longo dos séculos, sobretudo da forma de colonização. As contradições evidenciam a relação entre o desenvolvimento de determinadas regiões e o agir do Estado para favorecer os grandes latifundiários.

A questão agrária conforme afirma Beserra (2011, p.18) “expressa também às desigualdades sociais da sociedade brasileira, em grande parte legadas pela experiência da escravidão, além das formas de domínio que nos têm sido impostas por um modelo de desenvolvimento excludente”. O modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, assim como em outros países, valoriza os grandes proprietários de terra, enquanto os mais pobres ficam excluídos da sociedade. Conforme destaca Iamamoto (2001, p. 110) “os interesses atinentes à propriedade fundiária foram preservados sem impedir a modernização capitalista, dando forma à modernidade arcaica no Brasil”. O capitalismo modernizou o Brasil, mas de forma conservadora, a questão fundiária foi extremamente esquecida e paralisada no tempo permanecendo uma sociedade aparentemente rica, mas marcada pela pobreza que enfatiza as expressa na sociedade.

A essa categoria de trabalhadores rurais compete a reestruturação das atividades frente ao estado capitalista. Como exemplo de política social para fortalecer a agricultura: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) instituído em 1996 e composto por mudanças ao longo dos anos, acompanhando as conquistas da sociedade rural.

O PRONAF tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares (BRASIL, 2015, p.15)

O PRONAF representa o lado social e econômica da agricultura familiar. Embora tenham seu reconhecimento previsto em lei o país é marcado pela dominação do governo que de forma sutil aliena a população com políticas compensatórias e benéficas para a classe burguesa disfarçadas de políticas públicas. É importante salientar que o PRONAF foi formulado como resposta do Estado as pressões sobre a necessidade de políticas para o campo, mediante lutas dos movimentos sociais e sindicais nas últimas décadas estimulando a sustentabilidade, desenvolvimento rural e a fixação do homem no campo.

Além de cultivar para o próprio consumo os agricultores passaram a utilizar esse meio de sobrevivência para comercialização, processo esse que eleva a importância dos agricultores para a sociedade, pois ao comercializar os produtos houve um aumento considerável do reconhecimento da sua produção. Os maiores incentivos para o campo eram destinados as grandes propriedades, os agricultores não tinham reconhecimento de seus direitos e nomenclatura para essa categoria.

No passado, muitas terminologias foram empregadas historicamente para se referir ao mesmo sujeito: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar. A substituição de termos obedece, em parte, à própria evolução do contexto social, mas é resultado também de novas percepções sobre a mesma categoria social (OLALD e PORTUGAL, 2003, p.03).

Os nomes definidos acompanham os conflitos e necessidades de cada época e acompanham o significado político no contexto no qual está inserido. A ideia de pequeno estava relacionada com ao contexto em que se situava os trabalhadores rurais e que não tinham o reconhecimento necessário, pois como pequenos estavam limitados desenvolver-se.

É importante destacar que em 2006 foi aprovada a Lei 11.326 de 24 de Julho de 2006, estabelece as diretrizes, conceitos, princípios e instrumentos para a formulação da Política Nacional da Agricultura familiar e empreendimentos Familiares Rurais. Conforme o Art. 3º “para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural” e atenda aos seguintes itens:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, p.01-02)

Esse requisito sobre a agricultura familiar deve atender as condições definidos em lei para favorecer o desempenho de um importante papel na sociedade pelo fato de possuir um



modo de produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos e outros mecanismos nocivos ao consumo desses alimentos, mantém uma preocupação com o meio ambiente. Assim o enfrentamento da questão social, sobretudo no meio rural faz parte de um processo histórico com várias influências políticas, econômicas e sociais.

No cenário político de mudanças os governantes do país adotam as ideias neoliberais para garantir a permanência dos trabalhadores no campo adotando mecanismo para incorporar a pequena agricultura ao sistema capitalista, por meio do fortalecimento dos empreendimentos e desenvolvimento econômico dos mesmos. A maneira utilizada como meio de garantia de renda no meio rural passa a adquirir as definições de trabalho, deixou de ser apenas uma maneira de sobrevivência para promover a integração econômica do agricultor ao mercado.

3 ASSOCIATIVISMO RURAL COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MERCADO

A agricultura familiar aparece como alternativa capaz de preencher tanto as necessidades do mercado como diminuir os índices de pobreza. O incentivo a produção agrícola de cunho familiar implicará no aumento e qualidade dos alimentos para a sociedade, além de contribuir para o desenvolvimento social no meio rural.

No caso brasileiro essa desigual distribuição de renda é marcada pela injustiça social, a maioria da população não possui condições materiais para sua sobrevivência, enquanto grande parte da concentração de renda está situada nas mãos de poucos. O agravamento da pobreza afeta, principalmente os agricultores, que necessitam de políticas sociais para o seu fortalecimento, não apenas políticas compensatórias incapazes de gerar ou impulsionar mudanças significativas no campo.

A associação fortalece os agricultores e estimula a prática coletiva para busca de interesses comuns, apresenta-se como mecanismo para o fortalecimento do convívio social e desperta o cidadão para o pensamento crítico e o reconhecimento como sujeito de transformações. A atuação dos sócios nas associações quando comprometidos com a busca de direitos e união no enfrentamento da questão social constitui como força política que influencia a democracia mediante a capacidade de manifestar seus objetivos e suas lutas para o desenvolvimento da realidade local e para a inserção no mercado.

A participação dos agricultores familiares está relacionada às oportunidades democráticas para a categoria, conforme destaca Beserra (2011, p. 46) “a participação é tema

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



frequente nas discussões, nos estudos e análises dos diversos contextos societários quando se trata da construção de espaços democráticos”. Essa construção de espaços democráticos está relacionada a oportunidade de expressão e de formação de sujeitos críticos, pensantes que buscam fazer a diferença no contexto social.

Como instrumento para fortalecer essa democracia é possível destacar o associativismo, marcado pela defesa de direitos dos associados e luta por melhores condições sociais e econômicas. Assim Beserra (2011, p.43) considera que “o associativismo rural, portanto, vai se apresentar como um processo que se propõe concretizar as demandas sociais dos agricultores familiares na busca de autonomia no processo produtivo e no desenvolvimento local”. Essa autonomia diz respeito a capacidade de planejar e executar suas ações como produtor, com estratégias capazes de atender as suas necessidades e ao desenvolvimento do potencial dos agricultores.

O associativismo ou cooperativismo que resultam da mobilização e organização social consciente fomentam o exercício da cidadania, constituem práticas democráticas, oportunizam a participação social e podem resultar em desenvolvimento humano e social local (VIEIRA e UCHÔA, 2007, p.29).

Segundo essa afirmativa é possível perceber o papel do associativismo consciente no estímulo a cidadania, por fortalecer a democracia participativa aparecendo como condição necessária para o desenvolvimento da sociedade. A sociedade esclarecida possui o poder de transformador através de ações da população para solucionar necessidades comuns e conseguir melhores condições de vida, principalmente por permitir que o povo entre em cena e faça acontecer seus direitos. Assim a associação se constitui como um espaço propício para o reconhecimento dos sujeitos na sociedade.

A associação é uma sociedade civil sem fins lucrativos, onde vários indivíduos se organizam de forma democrática em defesa de seus interesses. Pode existir em vários campos da atividade humana e sua criação deriva de motivos sociais, filantrópicos, científicos, econômicos e culturais (BRASIL, 2012, p. 23)

Há diversos tipos de associações, ambas derivadas dos motivos sociais decorrentes da realidade vigente e das questões mais urgentes para ser solucionadas. Como exemplo as associações rurais que apresentam como mecanismo que garante melhor desempenho para competir no mercado e ao mesmo tempo ter uma participação ativa que dinamiza a capacidade produtiva e comercial. As associações tanto buscam assegurar a participação dos sócios nas políticas sociais, através de reivindicações por melhores condições de sobrevivência e direitos sociais. E o associativismo rural enquanto estratégia de viabilização da agricultura familiar permite condições para obtenção de resultados na economia local e na sociedade.



4 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRODUTORES DO POVOADO ATALHO (AMPA), EM SÃO JOSÉ DO PIAUÍ - PI

4.1 Aspectos metodológicos

A presente pesquisa foi realizada na Associação de Moradores e Produtores do Povoado Atalho (AMPA), localizada no Povoado Atalho, no município de São José do Piauí-PI, composta por 470 associados, dos quais foi entrevistada uma amostra de 10 agricultores. O objetivo da pesquisa foi analisar as contribuições do associativismo rural para a viabilização dos direitos dos agricultores da AMPA. Apresentando como público alvo desta pesquisa os agricultores da referida associação.

A problemática norteadora deste estudo é: Como o associativismo rural contribui para a viabilização dos direitos para os agricultores da Associação de Moradores e Produtores do Povoado Atalho (AMPA), em São José do Piauí – PI?

A construção desta pesquisa apresentou como método de análise o crítico dialético, partindo da ideia que as expressões da questão social vivenciada pelos agricultores familiares estão relacionadas as especificidades da sociedade capitalista. Com relação ao procedimento metodológico a pesquisa foi dividida em duas etapas: A primeira com a coleta de dados secundários pautado em uma pesquisa bibliográfica, conforme Lakatos (1992, p.12) “A pesquisa bibliográfica permite compreender, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar”, pautados no estudo de material a partir de autores que já trabalharam o referido assunto; E a segunda contemplou a pesquisa de campo para a coleta de dados primários com a realização de entrevistas semiestruturadas (escrita) em forma de questionário com a finalidade de recolher informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho.

A pesquisa foi realizada de forma qualitativa, e pode ser entendida segundo Minayo (1994, p.21) que “A pesquisa qualitativa corresponde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Esse tipo de pesquisa permite conhecer as relações dos processos e dos fenômenos a partir de uma dada realidade social, sem se preocupar com a realidade expressada em números, estudada a partir de questões particulares.



4.2 A trajetória de uma comunidade: tradições, cultura e origem dos agricultores familiares do Povoado Atalho e da associação de moradores e produtores

O município de São José do Piauí – PI está localizado no Estado do Piauí, Brasil, faz parte da macrorregião de Picos, território do Vale do Guaribas. Sua origem é semelhante a quase todas as povoações piauienses: está relacionada ao interesse em desenvolver a pecuária e a agricultura.

Segundo dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população do município em 2010 é de 6.591 habitantes. Por ser um município extremamente rural cerca de 71% (4662 hab.) da sua população vivem na zona rural. No setor agrícola prevalece as culturas de subsistência, com base na agricultura familiar.

O povoado Atalho está situado no município de São José do Piauí é considerado como maior povoado do estado do Piauí, possui cerca de 1800 habitantes. Sua colonização se deu semelhante a outros povoados piauienses a partir das fazendas de gado e da agricultura, neste caso a partir da fazenda Monte Alegre pertencente ao município de Picos.

Conforme relatos do senhor Manoel Beserra de Sousa, “Manoel de João Velho” e do senhor Pedro Ferreira de Moura, “Pedro de Nézio”, foi por volta dos anos de 1880 que iniciou a colonização no local onde se situa o povoado, sua formação estabeleceu-se a partir da pequena propriedade de agricultores de base familiar, os principais produtos cultivados: o milho, feijão, mandioca e algodão. Na época da colheita a comunidade fazia um chamado “adjunto”, ato em que as pessoas se associavam a outras para auxiliar em suas tarefas, era uma espécie de união marcada pelo espírito comunitário. E para festejar a colheita produtiva o agricultor fornecia um banquete com produtos advindos da produção local.

A partir da necessidade da população atalheense de assegurar seus direitos e lutar por melhores condições de vida foi criada a AMPA: uma associação privada de São Jose do Piauí - PI fundada em 04 de outubro de 1997 por ata de fundação lavrada em assembleia constituinte, no povoado Atalho e possui como atividade principal atividades de associações de defesa de direitos sociais. Consolidada em 1999 quando um pequeno grupo de pessoas perceberam que o povoado, era marcado pelo descaso político nos mais diversos setores.

Conforme destacado no capítulo II artigo 2º do Estatuto da AMPA (1997, p.02) ela “é uma associação de pequenos produtores rurais, objetivando aumentar a produção e produtividade, melhorando o nível de vida e defendendo seus objetivos comuns”. Para intensificar o seu desenvolvimento e aumentar a produção busca conscientizar sobre a

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



importância do associativismo através da mobilização dos sócios sobre a necessidade de adotar melhores técnicas para o desenvolvimento da agricultura.

Um dos diversos problemas enfrentados por esta comunidade era a garantia de seus direitos sociais, como por exemplo, o direito ao acesso a água. Apesar do povoado possuir um importante elemento de armazenamento de água subterrânea do município, essa água não era utilizada pela comunidade devido ao alto custo. A partir desse problema a comunidade iniciou os primeiros movimentos de articulação e organização dos pequenos produtores locais, conseguindo assegurar o abastecimento d'água e outros serviços públicos para a comunidade.

A mobilização fortalece a agricultura familiar na busca por garantias sociais para a população excluída das riquezas da sociedade. Assim a atuação da AMPA expressa as necessidades do povo atalhense imposta pelas contradições dessa sociedade que visa o lucro e as relações de poder. A união dos agricultores é essencial para o reconhecimento dessa categoria social e para o desenvolvimento social e econômico dos associados.

Apesar dos avanços que ocorreram na AMPA é notável que os principais desafios enfrentados por sua gestão estão relacionados a falta de recursos, nos problemas básicos de manutenção do abastecimento de água e na participação dos sócios. Essas dificuldades são discutidas nas reuniões mensais. As entrevistas demonstram que a participação na associação não chega a constituir uma rotina na vida do associado. Se os trabalhadores não se fortalecerem através de associações para o enfrentamento da questão social torna-se cada vez mais difícil, diante da realidade do cenário político atual.

Grande parte dos agricultores pesquisados acreditam que a AMPA atua na viabilização de direitos para os associados, esses direitos estão relacionados principalmente a informações diversas sobre acesso a benefícios sociais, palestras, parcerias para desenvolver as ações da associação, reuniões democráticas, encaminhamentos para diversas instituições em busca de benefícios sociais.

Esses dados evidenciam que o associativismo rural contribui para a viabilização dos direitos para os agricultores da AMPA pelo fato de constituir em uma organização capaz de mediar às relações entre os agricultores e seus direitos através de disponibilização de informações relacionadas a benefícios para os associados, de organização de documentação para que os agricultores possam participar de programas sociais, de encaminhamentos para diversos órgãos em parceria para a busca por direitos para os associados.

Assim essas conquistas ora constituem-se como direito, ora constitui-se como estratégias do estado para acalmar a população e realizar seu trabalho de maneira conservadora com roupagens de renovação. O trato dessas políticas para o campo tende a ser mais eficaz,



pelo fato de não constituir apenas como políticas compensatória, mas como estímulo e incentivo para o agricultor no seu trabalho e desenvolvimento da agricultura.

5 CONCLUSÃO

Ao longo do corpo deste trabalho foi possível visualizar as transformações que perpassam a questão agrária no Brasil e os problemas emergentes no país ao longo da história. Possibilitando a identificação da agricultura familiar no país, com ênfase no reconhecimento da categoria social de trabalhadores rurais no âmbito das políticas públicas.

Todavia foi possível analisar com maior rigor crítico as desigualdades sociais que marcam a história do país principalmente pela forma adotada pelo governo para a divisão das terras, posteriormente pela modernização conservadora adotada no país. É possível destacar que a agricultura familiar aparece como alternativa para garantia de direitos sociais e para preencher as necessidades do mercado como diminuir os índices de pobreza.

Na pesquisa de campo realizada na Associação de Moradores e Produtores do Povoado Atalho (AMPA) situada no município de São José do Piauí – PI foi possível analisar os aspectos históricos do município onde ocorreu a pesquisa, o seu surgimento é semelhante a quase todas as povoações piauienses iniciada com o desenvolvimento da agricultura e pecuária. Essa atividade prevalece até os dias atuais.

Diante da realidade apresentada ao longo desse estudo é possível destacar que os agricultores da AMPA se reconhecem como agricultor familiar, mas é perceptível que esse reconhecimento ainda precisa ser trabalhado, visto a necessidade de um trabalho de base sobre a agricultura familiar no povoado, necessário para no enfrentamento dos problemas sociais.

Também foi constatado que a referida instituição apresenta várias deficiências em sua atuação junto aos sócios entre as quais estão: a participação nas reuniões da AMPA e a contribuição mensal como associado, a participação na associação não chega a constituir uma rotina na vida do associado e deve ser intensificada por meio da superação do individualismo. A ação desenvolvida pela AMPA mesmo com suas limitações possibilita intervir na questão social no meio rural e aparece como suporte na inserção dos agricultores no mercado.

Portanto é de suma importância enfatizar que o associativismo rural contribui para a viabilização dos direitos para os agricultores da AMPA pelo fato de constituir em uma organização mediadora dos interesses dos associados através de disponibilização de informações sobre benefícios sociais, organização de documentação dos agricultores, com

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



encaminhamentos para diversos órgãos, parcerias para desenvolver as ações da associação, através de palestras, reuniões democráticas, contribuição no combate a pobreza, na melhoria da qualidade de vida, na participação no mercado e com atuação como agente de transformação social.

Portanto mesmo com esse espaço conquistado é necessário perceber que ainda há muito a ser realizado, pois esses benefícios são apenas o início dos direitos, sendo necessário trabalhar os processos democráticos onde os associados possam ser vistos como agricultores familiares e cidadãos no processo de tomada de decisões e reconhecimento da categoria social de trabalhadores rurais no âmbito das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

AMPA. Associação de Moradores e Produtores do Povoado Atalho. **Estatuto Social**. São José do Piauí-PI: AMPA, 1997.

BESERRA, Maria dos Remédios. **Associativismo rural**: estratégia de participação para consolidação da agricultura familiar na Associação Comunitária de Pequenos Produtores Rurais de Mirolândia, em Picos-Piauí, Recife: O Autor, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CF**. Brasília: Presidência da República, 1988.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. **Associativismo** Brasília: MAPA/SDC/DENACOOP, 2012.

_____. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.html>. Acesso em 10 de novembro de 2015.

_____. **Lei n. 11. 326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Casa Civil/ Legislação Federal, 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo demográfico**. IBGE, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social no Brasil**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2001.

LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis - RJ: Vozes, 1994.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



OLALDE, Alicia Ruiz; PORTUGAL, Cadjá Araújo Portugal. **Agricultura Familiar, Reforma Agrária e sua inserção no enfoque territorial no Brasil**, Salvador – BA: UFBA, 2003.

VIEIRA, Ana Cristina; UCHÔ, Roberta. **Em discussão: desenvolvimento social na economia globalizada**. Recife - PE: EDUFPE, 2007.